

RESSURGIMENTO DE GOLPES MILITARES EM ÁFRICA: A UNIÃO AFRICANA E AS ORGANIZAÇÕES REGIONAIS PODEM DEFENDER E CONSOLIDAR A DEMOCRACIA?

Joshua O. Bolarinwa¹



Introdução

A tomada do poder político pelos militares, independentemente dos métodos adotados, representa uma rejeição da autoridade civil (Gutteridge 1985). Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, houve casos em que os militares de todo o mundo participaram da remoção de líderes políticos eleitos, da dissolução de regimes democráticos ou do estabelecimento de operações autônomas dentro de sistemas políticos nominalmente democráticos. Essas ações foram realizadas sem o consentimento, a supervisão e o controle de civis eleitos, por meio de golpes e outros métodos inconstitucionais de alteração do *status quo* (Kuehn 2017). Na era anterior a 1990, os golpes militares serviam como método predominante para instigar transições de governo em um número significativo de nações africanas. Desde o advento da África pós-colonial, o continente testemunhou um total cumulativo de 88 casos de golpes bem-sucedidos. O primeiro golpe de Estado ocorreu no Egito, em julho de 1952, ainda que tais revoltas políticas também tenham ocorrido em Guiné-Bissau e Mali, em abril e dezembro de 2012, respectivamente. Com base na pesquisa de Issaka K. Souaré, a África teve um total de 73 casos de golpes militares, conforme documentado ao longo do tempo. Dentre todo o conjunto de dados, 63 ocorrências foram registradas antes de 1990, enquanto os 10 casos restantes foram relatados após a ratificação da Declaração de

¹ Departamento de Pesquisa e Estudos, Instituto Nigeriano de Assuntos Internacionais (NIIA). Lagos, Nigéria. E-mail: segunbolarinwa@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0082-3632>.

Lomé, em julho de 2000, pela Organização da Unidade Africana (OUA), uma organização que já foi extinta (Souaré 2014).

A Declaração de Lomé proibiu golpes militares e implementou sanções contra governos que alcançaram o poder por meio de tais ações. A importância da recente onda de golpes na África não pode ser subestimada, apesar dos esforços de um número limitado de analistas para fazê-lo. De acordo com um relatório do *The Wall Street Journal*, a ocorrência de golpes militares atingiu níveis sem precedentes desde o fim da era colonial, após o golpe ocorrido no Sudão em outubro de 2021. Embora exagerado em tom, o ano de 2021 da história recente foi notável o suficiente para merecer uma comparação com a era da independência (Faucon, Said e Parkinson 2021). De acordo com a *The Economist*, o número de golpes ocorridos no ano de 2021 excedeu a contagem cumulativa de golpes ocorridos nos cinco anos anteriores (The Economist 2021). Recentemente, houve uma comemoração mundial do declínio dos golpes, não apenas na África, mas também em todo o mundo. Durante o outono de 2015, a revista *New African* apresentou uma consulta sobre o padrão decrescente de golpes.

Em seu trabalho de 2017, Powell, Reynolds e Chacha (2021) citaram um relatório de Schiel *et al.*, que afirmava que, até setembro de 2017, a África não havia sofrido nenhuma tentativa de golpe nos últimos dois anos e havia evitado golpes bem-sucedidos por quase três anos. Kamissa Camara, ex-ministro das Relações Exteriores do Mali, declarou que a era dos golpes havia terminado um mês após o evento, apesar de seu breve mandato durante um golpe. Após uma análise preliminar, fica evidente que esse é o período mais longo sem um golpe de Estado na África desde a época da descolonização. Inúmeros esforços foram empreendidos para elucidar essa transição, abrangendo a formação de estruturas políticas mais lúcidas e o envolvimento de entidades externas, como a União Africana (UA) e órgãos regionais como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). Apesar da agitação política testemunhada em novembro de 2017 com a destituição de Robert Mugabe no Zimbábue, os golpes de Estado têm sido geralmente considerados como eventos de consequências limitadas nos anos que se seguiram.

O Conselho de Relações Exteriores apresentou uma declaração que corrobora a afirmação de Jonathan Powell e seus colegas de que os golpes convencionais, que envolvem militares tentando assumir o poder, foram suplantados por detentores de cargos em exercício que recorrem a táticas manipuladoras para manter seu domínio sobre o poder. Desde agosto de 2020, ocorreram mudanças políticas significativas em diversos países africa-

nos, como golpes bem-sucedidos no Chade, na Guiné e no Mali, e tentativas de golpes no Níger e no Sudão, com níveis variados de sucesso. O aumento da frequência desse fenômeno gerou uma discussão significativa sobre suas causas fundamentais, possíveis correlações e soluções viáveis. O foco do artigo gira em torno da possível influência de organizações regionais, como a União Africana e outras comunidades econômicas regionais, no combate efetivo a esse fenômeno. Desde 1950, as nações africanas que alcançaram a independência sofreram mais de 200 tentativas de golpe, com uma taxa de sucesso superior a 100 (Powell, Reynolds e Chacha 2017).

Esta pesquisa avalia o aumento contemporâneo de golpes militares na África e analisa a eficácia da União Africana (UA) e de outras instituições regionais na proteção e promoção de governos democráticos seguindo as estruturas e políticas existentes. A estrutura da União Africana para Mudanças Inconstitucionais de Governo (*Unconstitutional Changes of Government*, UCG, na sigla em inglês) e sua subsequente execução enfrentaram problemas significativos em resposta ao recente renascimento do fenômeno. A União Africana recebeu elogios por sua postura de oposição a golpes militares. No entanto, observou-se que a organização demonstrou engajamento inadequado e respostas tardias ao lidar com casos de exercício inconstitucional do poder. Diversas figuras históricas demonstraram propensão a desconsiderar instituições estabelecidas que desempenharam um papel fundamental para facilitar sua ascensão a posições de autoridade.

Frequentemente, esse fenômeno levou a um declínio subsequente no apoio público, servindo como catalisador direto ou como uma justificativa superficial para a derrubada de titulares cada vez mais autoritários. Outra questão pertinente diz respeito à demonstração da União Africana de uma inclinação de atitude semelhante à de sua antecessora, a Organização da Unidade Africana (OUA), com relação a golpes e tentativas de golpes. Como resultado, as medidas governamentais implementadas em resposta a um golpe são insuficientes para lidar com suas causas fundamentais, o que pode criar um precedente para futuras tentativas de golpe (Krausa 2020). Além disso, uma questão digna de nota diz respeito à determinação insuficiente demonstrada pela comunidade internacional em combater proficientemente os indivíduos que participam de golpes e os países que são vulneráveis a tais ocorrências, para impedir que condutas análogas ocorram em momentos posteriores.

Conceituando e contextualizando a democracia, a mudança de regime e os golpes militares

Democracia

A popularidade da democracia como um sistema de governo no mundo contemporâneo é passível de argumentação. Nas últimas três décadas, houve um aumento notável na demanda global por esse sistema político específico. Embora seja amplamente reconhecido que a democracia não tem a capacidade de lidar com todos os desafios da humanidade, é igualmente importante reconhecer que várias situações difíceis não podem ser resolvidas de forma eficaz na ausência de princípios democráticos. A prevalência desse sistema específico de administração na sociedade contemporânea levou à sua ampla aceitação e ressaltou a necessidade de sua implementação e viabilidade em longo prazo. Vários estudiosos formularam diversas conceitualizações de democracia (Bolarinwa e Adeleke 2020).

Em seu instigante artigo, Adelaja Odukoya afirmou que o conceito de democracia pode ser interpretado de forma diversa, incluindo várias noções, como uma metodologia, uma estrutura processual, uma estrutura social, uma construção ideológica, uma plataforma para competir pelo poder e, principalmente, uma manifestação de conflito de classes. De acordo com o autor, a democracia passou por uma transformação significativa em relação ao seu conceito clássico original, que se baseava nos princípios de governança pelo povo, na busca do bem comum, na racionalidade dos indivíduos e na busca simultânea de liberdade e igualdade. A democracia clássica tem enfrentado críticas devido à sua inconsistência filosófica, ao seu caráter abstrato e à falta de evidências empíricas que sustentem suas premissas, especialmente em relação à racionalidade da natureza humana. As restrições mencionadas acima tiveram efeitos prejudiciais sobre a teoria democrática, pois incorporam atitudes distintas em relação ao esforço democrático e apresentam desafios significativos para as práticas democráticas (Odukoya 2007).

De acordo com Michael Coppedge (2002), a democracia é amplamente considerada como um dos conceitos mais intrincados no campo da ciência política. A natureza abrangente e multifacetada desse fenômeno ainda não foi quantificada e pode continuar não sendo mensurável. Existem inúmeros outros sistemas de governança que abrangem vários padrões, subtipos e variações de procedimentos de tomada de decisão que também

foram categorizados como democráticos, o que representa um desafio para manter a clareza e a compreensão. A aplicação diversificada desse princípio resulta em uma proliferação de distinções e certificações. Tradicionalmente, as democracias podem ser classificadas em diversos tipos, incluindo liberal ou republicana, direta ou representativa, consensual ou majoritária e orientada para o mercado ou sociedade. Recentemente, outras formas de democracia têm ganhado importância, incluindo democracias participativas, deliberativas e de base. Além disso, também surgiram modelos alternativos, como a demarquia, a democracia enviesada e a democracia apartidária. Em última análise, ao examinar a evolução global das democracias, vale a pena contemplar o potencial para uma transformação distinta da democracia islâmica ou o surgimento de abordagens socialistas e anarquistas para a democratização. Essas possibilidades têm o potencial de ampliar os limites conceituais da democracia no futuro. Em qualquer cenário em que a democracia esteja presente, dois fatores inter-relacionados devem preceder o surgimento e o subsequente progresso do conceito democrático. O primeiro aspecto diz respeito à resolução histórica do conflito entre democracia e representação. O segundo aspecto envolve a ampliação desse termo para além de sua aplicação apenas à categorização do Estado e do governo, para abranger também a caracterização de uma estrutura social específica.

Embora tenhamos visto como os sistemas democráticos se desenvolveram de forma distinta no início do século XIX, em cada país, região e continente, a marca anglo-americana se destacou por seus aspectos liberais. A França e outros países da Europa continental permaneceram mais fortemente ligados à tradição republicana. Assim, se a democracia presidencial é dominante hoje na América do Norte e do Sul (e na Europa Oriental mais recentemente), na Europa Ocidental os governos parlamentares têm sido predominantes (apesar de algumas hesitações e interrupções malfadadas na Alemanha, Itália, Portugal e Espanha). Ainda existem conceitos normativos eficazes de democracia, enfatizando, por exemplo, a justiça ou seu vínculo com os direitos humanos. Atualmente, parece inevitável que a realidade empírica e a variedade de instituições e sociedades democráticas sejam acompanhadas por reflexões normativas críticas renovadas sobre o conceito, uma vez que não apenas a melhor forma de democracia é objeto de disputa, mas também suas chances e riscos no contexto da globalização (Coppedge 2002).

Mudança de regime

O estudo da mudança de regime, particularmente o processo de “democratização”, é frequentemente considerado uma área de investigação altamente significativa e intelectualmente estimulante no âmbito da política comparativa atual (Kern 2009). Nas últimas cinco décadas, especialmente durante os anos 1980, diversos governos autoritários em todo o mundo sofreram um declínio em seu poder e influência, mas nem sempre a ponto de entrar em colapso total (Wiebrecht 2023). A região que registrou as transformações mais significativas foi a Europa Oriental. Em regiões como o sul da Europa e algumas partes da América Latina, o processo de democratização registrou avanços significativos. Da mesma forma, na Ásia, países como as Filipinas e a Coreia do Sul passaram por transições democráticas comparáveis.

Os regimes autoritários na África persistem como a forma predominante de governança e espera-se que mantenham seu domínio no futuro próximo. Entretanto, o crescente descontentamento com o domínio de um único partido político deu origem a uma onda de pedidos de estabelecimento de estruturas políticas mais diversificadas e inclusivas (Fishman 1993). De acordo com Fishman, um regime é definido como uma estrutura mais duradoura da organização política em contraste com uma administração específica. Para aumentar a precisão, é importante observar que um regime pode persistir, semelhante ao Estado, enquanto o processo dinâmico do poder político dentro do Estado flutua entre os partidos do governo e da oposição.

Para fornecer esclarecimentos adicionais, vale ressaltar que, embora possa haver uma série de órgãos governamentais diversos, o Estado e o regime normalmente permanecem inalterados, pois esses diferentes governos exercem autoridade dentro dos limites do regime estabelecido, sem perturbar a estrutura fundamental do Estado (Fishman 1993). Esse fenômeno é evidentemente relevante para os regimes políticos que possuem um forte histórico de adesão aos princípios constitucionais e que estabeleceram mecanismos para a transferência pacífica de poder, geralmente por meio de eleições populares conduzidas de acordo com os regulamentos e protocolos do regime governamental.

Nesses casos, uma transição de poder político nem sempre implica uma mudança na estrutura fundamental da constituição. O conceito de regime está intrinsecamente ligado aos princípios do constitucionalismo e do Estado de Direito (Grant 2017). Em contraste, um regime preocupa-se principalmente com a forma como o poder é usado, e não com a mera posse do poder em si. Um regime pode ser definido como o componente do

sistema político que estabelece a maneira, as circunstâncias e as restrições sob as quais a autoridade do Estado é exercida. Para esclarecer, a noção de regime diz respeito à maneira específica pela qual a governança é exercida, de acordo com Chazan *et al.* em “*Politics and Society in Contemporary Africa*” (Chazan 1992).

Como consequência, o regime também estabelece os procedimentos através dos quais os governos são formados e cumprem suas funções, além de definir os fundamentos de sua legitimidade e o grau em que estão autorizados a exercer o poder. Em essência, os regimes servem como a materialização das normas e dos princípios que regulam a estrutura política de um Estado, delineados pelas regras e pelos procedimentos estabelecidos que orientam as operações governamentais.

Golpes militares

A ocorrência de golpes militares tem sido um fenômeno persistente tanto na política global contemporânea quanto em eventos históricos. A investigação acadêmica do envolvimento das forças militares na política tem sido um tópico de interesse há várias décadas. Há diversos conceitos sobre a integração das forças militares na governança de uma nação em diferentes capacidades. Morris Janowitz identificou quatro modelos distintos de elites político-militares em seu trabalho. Esses modelos incluem os modelos aristocrático, democrático, totalitário e de estado de guarnição. O estabelecimento de um sistema democrático eficaz que observe, controle e gerencie as forças armadas pode ser um meio viável de evitar a ditadura militar, além de explicar as variações nos modelos (Janowitz 1957). Atingir as condições necessárias é o objetivo final e ideal pelo qual um governo democrático pode se esforçar para exercer plenamente a autoridade sobre as forças militares e impedir sua tomada de poder ou interferência nos assuntos do Estado. Na realidade, vários Estados enfrentam dificuldades para atingir o nível ideal mencionado acima, principalmente em épocas de crise ou problemas prolongados do Estado. O tema dos golpes militares ou tentativas de golpes militares continua a ser relevante no campo dos estudos políticos e de segurança (Chazan *et al.* 1992).

De acordo com a análise de Josef Krausa, os golpes militares desempenharam um papel fundamental para iniciar alterações de regimes políticos ao longo da história. Durante o século XX, ocorreram vários golpes militares e tentativas de golpes, não apenas em países em desenvolvimento, mas também na Europa. Estudiosos e especialistas analisaram extensivamente os

golpes militares, explorando seus objetivos, classificações, fatores contextuais, aspectos processuais e probabilidade de sucesso. Há várias estruturas teóricas disponíveis que examinam o envolvimento de forças militares em questões políticas, para classificar e avaliar esses esforços com base em seus objetivos e fatores fundamentais. As variáveis mencionadas acima aumentam a probabilidade de um golpe militar e estabelecem a base para o desenvolvimento de um sistema de alerta antecipado (*early warning system*, EWS, na sigla em inglês). O autor desenvolveu o conceito de golpe de Estado inspirando-se nos trabalhos de Powel e Thyne, como uma abordagem não convencional para a transferência da liderança estatal, que envolve o uso de meios ilegais pelos militares ou outras facções privilegiadas. Esse procedimento pode implicar a utilização de coerção ou a mera ameaça da mesma; entretanto, não culmina inevitavelmente em qualquer mortalidade. No contexto de um discurso sobre um golpe militar, pode-se afirmar que o envolvimento das forças armadas constitui um elemento indispensável. Um golpe de Estado pode implicar o envolvimento de uma gama heterogênea de unidades militares, em vez de uma única força armada (Krausa 2020).

A definição de Singh de tentativa de golpe, conforme referenciada por Josef Krausa (2020), caracteriza-a como um esforço intencional executado por uma fração das forças militares, policiais ou de segurança de um Estado para derrubar o governo vigente. As tentativas de golpe geralmente envolvem a convergência de facções militares heterogêneas. Em contrapartida, a modificação de um órgão governamental ocorre sem participação significativa, o que distingue os golpes das revoluções. De acordo com a literatura seminal de Galula, a terminologia “conspiração” é utilizada de forma intercambiável com “golpe” no contexto da turbulência política. Uma conspiração é uma operação clandestina realizada por um grupo de insurgentes para derrubar a liderança máxima de um determinado país. Essa forma específica de empreendimento carece de inclusão da população em geral e se distingue por estratégias e arranjos meticulosos e prolongados, culminando em uma implementação abrupta e concisa. O fenômeno das mudanças de regime que envolvem a participação militar é comumente observado. Os militares possuem as capacidades necessárias, a organização hierárquica e a obediência à autoridade que normalmente facilitam a execução bem-sucedida de um golpe de Estado. Em muitos casos, eles podem ser a única entidade com a capacidade de executar essa ação.

No entanto, a mera capacidade de um exército de realizar um golpe não indica inevitavelmente sua inclinação para participar de tal empreendimento. Devem haver justificativas válidas para a integração das forças militares em questões políticas dessa maneira. Muitos estudiosos são motivados por um impulso militarista para realizar um golpe. O ponto de vista dominante em

relação a essa questão postula que as instituições militares tendem a se intrometer no reino da política quando suas preocupações institucionais não estão sendo atendidas de forma satisfatória ou estão sendo prejudicadas pelo regime governamental vigente. O argumento sugere a presença de uma correlação negativa entre o orçamento alocado para a defesa e a incidência de golpes. Especificamente, uma probabilidade maior de golpes está associada a orçamentos de defesa mais baixos, enquanto os estados que alocam uma proporção maior de seu orçamento para gastos militares são menos suscetíveis a golpes. Os exércitos putschistas, que são facções militares que visam a derrubar um governo, frequentemente recorrem a confrontos violentos e têm perspectivas estratégicas e táticas diferentes da liderança civil.

O fenômeno mencionado acima pode estar associado à autopercepção dos militares como uma entidade social única ou à sua inclinação para a diferenciação social. Em uma perspectiva mais ampla, é relevante contemplar não apenas as necessidades econômicas, mas também valores mais amplos. Em cenários em que os princípios do regime político dominante não se alinham com os dos oficiais de baixa patente, estes últimos podem se sentir compelidos a defender os interesses de seu grupo social específico.

Além disso, as condições prévias e as razões para os golpes de Estado implicam a convergência de diversas circunstâncias. Não obstante o ponto de vista militar, existem várias questões que envolvem dimensões econômicas, de regime político, sociais, estratégicas e militares. A abordagem econômica concentra-se em examinar a probabilidade de golpes em nações que enfrentam pobreza e o possível impacto da abertura comercial sobre a chance de uma tentativa de golpe, com a intenção de mitigar a estagnação ou o declínio econômico. A perspectiva do regime examina a possível redução da probabilidade de ocorrência de um golpe de Estado em nações em que o governo conta com um apoio público significativo. Além disso, ela explora a influência das características do sistema político (por exemplo, democracia, não democracia ou regime militar) e o momento das eleições como fatores cruciais nesse sentido (Ndubuisi 2021).

Competição geopolítica entre EUA e OTAN versus Rússia e China na África

Durante a década de 1990, ocorreu um notável aumento da democratização em vários países africanos após o fim da Guerra Fria (Vanhanen 1997). Durante essa era histórica, diversos governos autoritários sofreram um declínio

no poder e, ao mesmo tempo, observaram o surgimento e o crescimento de movimentos democráticos. As transições para a democracia foram reforçadas pela ajuda de atores estrangeiros, com foco especial nas nações ocidentais e nas organizações internacionais. A ajuda fornecida muitas vezes se manifestou como coerção diplomática, ajuda monetária e vigilância dos processos eleitorais. Cresceu a expectativa de que a África passaria por uma “terceira onda de democracia”, um fenômeno já experimentado em várias outras áreas.

No entanto, os mecanismos de transição de regime na África passaram por uma transformação significativa no século XXI. O complicado ambiente geopolítico surgiu como resultado de entidades globais importantes, como os Estados Unidos e seus aliados da OTAN, bem como a China e a Rússia, que buscam ativamente seus objetivos geopolíticos (Friedman 2012). O continente africano tornou-se uma arena disputada por várias nações devido aos seus abundantes recursos naturais, posição geográfica vantajosa e perspectivas econômicas promissoras. Mkandawire escreveu que os atores externos têm usado muitas estratégias para exercer influência sobre as transições políticas e manter seu domínio nas nações africanas. Essas estratégias incluem vários métodos, como conspirações e tentativas de derrubada, em que atividades clandestinas visam estabelecer administrações alinhadas com agendas estrangeiras, possivelmente levando à desestabilização de Estados e impedindo o avanço de processos democráticos (Mkandawire 2002).

O fornecimento de assistência ou o gerenciamento de movimentos revolucionários também resultaram em mudanças de regimes políticos, motivadas pelo alinhamento com objetivos geopolíticos (Thandika 2002). Além disso, o uso de recursos importantes, como petróleo e minerais, tem sido empregado como um meio de exercer pressão para suavizar as transições na governança e sustentar o poder político. Os investimentos em infraestrutura, especialmente os feitos pela China, são retribuídos com fidelidade política, garantindo, assim, a aquisição de recursos valiosos e oportunidades de mercado. Essas estratégias geram apreensões quanto à sua influência nos processos democráticos, possivelmente fortalecendo regimes autoritários, enfraquecendo os movimentos democráticos de base e prolongando a instabilidade política.

Portanto, na realidade, os golpes eram frequentes na África antes do fim da Guerra Fria devido às rivalidades e à competição entre as potências globais, especialmente entre o Ocidente e outras potências como a Rússia e a China. Com o fim da Guerra Fria, especialmente com o advento da unipolaridade, que levou ao surgimento dos EUA como a única potência e o “*last man standing*”, o que fez com que a maioria das nações africanas cumprisse suas ordens e oferecesse

menos resistência, houve relativa estabilidade na governança e menos mudanças de regime na África.

Em outras palavras, a unipolaridade levou a uma redução dos golpes na África, pois havia menos ou nenhuma rivalidade entre as grandes potências no continente. Infelizmente, no entanto, o ressurgimento de golpes na África no século XXI tem sido atribuído a muitos fatores, como pobreza, má governança, liderança deficiente e corrupção, mas, mais importante, a um retorno ao período em que golpes, revoluções e mudanças de regime eram usados como instrumentos de competição geopolítica e rivalidade entre os EUA e a OTAN e a Rússia e a China no continente africano.

Democratização e mudança de regime na Nigéria

No contexto da Nigéria, dois tipos principais de transição de regime ocorreram durante seu desenvolvimento histórico, resultando, por fim, no estabelecimento de um sistema democrático (Bratton 1998; Falola 2005). A Nigéria passou por várias ocorrências de transição política, marcadas por transições do governo civil para a autoridade militar. Em 15 de janeiro de 1966, ocorreu um fato notável, caracterizado pela orquestração de um golpe de Estado por uma facção de militares. Esse incidente levou à remoção da Primeira República, que estava sob a liderança do primeiro-ministro Sir Abubakar Tafawa Balewa e do presidente cerimonial Dr. Nnamdi Azikiwe. O início da administração ocorreu depois de um golpe de Estado forçado, planejado pelo Major Chukuma Kaduna Nzeogwu em 15 de janeiro de 1966.

O golpe levou à queda de personalidades políticas proeminentes no país, principalmente as oriundas da região norte. Isso incluiu Alhaji Abubakar Tafawa, que ocupava o cargo de primeiro-ministro, e Sir Ahmadu Bello, o governador da região norte. É fundamental reconhecer que a participação dos militares na política nigeriana não se deu sem motivações subjacentes. Após os eventos mencionados acima, surgiu o regime militar liderado pelo General Yakubu Gowon (15 de julho de 1966 a 29 de julho de 1975). A nomeação do General Gowon como Chefe de Estado foi consequência de um golpe não violento, que divergiu da tradição militar habitual de selecionar o oficial de mais alta patente para o cargo. O general de brigada Ogundipe tinha o posto militar mais alto dentro das forças armadas, superando todos os outros oficiais militares.

A partir de 29 de julho, e até o anúncio do assassinato do Chefe de Estado, ele assumiu a função de governar a nação. Em 1º de agosto de

1966, o tenente-coronel Yakubu Gowon foi designado como chefe de Estado e comandante em chefe das Forças Armadas da Nigéria, após discussões minuciosas dentro do Conselho Militar Supremo. As administrações militares consecutivas na Nigéria abrangeram os mandatos dos generais Murtala Ramat Mohammed e Olusegun Obasanjo, de 29 de julho de 1975 a 1º de outubro de 1979. Durante esse período, o general Olusegun Obasanjo cedeu o poder a Shehu Shagari, que se tornou o primeiro presidente democraticamente eleito.

Lamentavelmente, o período mencionado acima foi interrompido devido à intervenção militar liderada pelo Major General Muhammadu Buhari, ocorrida entre 31 de dezembro de 1983 e 27 de agosto de 1985. A administração militar subsequente foi liderada pelo General Ibrahim Badamosi Babangida, com início em 27 de agosto de 1985 e término em 27 de agosto de 1993, quando ele cedeu o poder a um Governo de Transição Provisório sob a liderança do Chefe Earnest Shonekan até 17 de novembro de 1993. Após os eventos mencionados acima, a administração militar liderada pelo General Sani Abacha assumiu o poder de 17 de novembro de 1993 a 8 de junho de 1998. Por fim, seguiu-se a administração militar liderada pelo general Abdulsalami Abubakar, de 8 de junho de 1998 a 29 de maio de 1999. A execução bem-sucedida do plano de transição do general Abdulsalami Abubakar resultou na restauração da governança democrática no país em 29 de maio de 1999, marcando o início da atual Quarta República. Essa conquista foi realizada em um período de onze meses. Esse evento significou a conclusão de uma era de dezesseis anos marcada por sucessivas administrações militares. Os golpes militares frequentemente empregavam corrupção, conflitos étnicos e instabilidade política como justificativas para suas operações.

A Nigéria testemunhou vários exemplos de mudança de uma ditadura militar para uma democracia civil. Em 1979, ocorreu um evento significativo quando o general Olusegun Obasanjo transferiu o poder para o presidente executivo inaugural. Uma transição significativa e recente ocorreu em 1999, quando o regime militar, liderado pelo General Abdulsalami Abubakar, transferiu a autoridade para uma administração civil. Esse fato marcou o início da Quarta República, caracterizada pela implementação de procedimentos eleitorais periódicos e pelo estabelecimento de instituições democráticas. A Nigéria teve várias transições democráticas facilitadas por mecanismos eleitorais, simbolizando a mudança do regime militar para a governança civil.

É imperativo reconhecer que a história política da Nigéria foi marcada por uma série de mudanças de governo e períodos de transição, frequentemente motivados por muitos fatores, inclusive instabilidade política, tensões étnicas e demandas por um governo democrático. A flutuação entre as formas

de governo civil e militar exerceu um impacto substancial sobre a trajetória política e socioeconômica da nação.

Estruturas da UA e o desafio das mudanças inconstitucionais de governo

A União Africana (UA) foi criada em 2001 como sucessora da Organização da Unidade Africana (OUA). Desde sua criação, a UA adotou uma abordagem proativa para lidar com as preocupações de governança e segurança humana entre seus Estados membros. A criação da Organização da Unidade Africana, uma antiga agência pan-africana, ocorreu no ano de 1963. No entanto, ela foi considerada insuficiente em seus esforços para suprimir efetivamente a disseminação de ditaduras militares que surgiram após o processo de descolonização. Ao longo de mais de trinta anos, a OUA demonstrou uma notável desconsideração pelos assuntos internos de seus Estados-membros. A OUA demonstrou um compromisso inabalável com os princípios fundamentais que foram formados durante a década de 1960.

O foco fundamental da política da organização era defender a soberania e a integridade territorial das nações africanas recém-formadas. Além disso, um objetivo adicional era erradicar todas as instâncias do colonialismo na África, conforme delineado no Artigo II da Carta da Organização da Unidade Africana em 1963. A Organização assumiu o dever de proteger os Estados soberanos, mesmo que isso significasse negligenciar o bem-estar dos cidadãos comuns. Essa posição específica levou à imagem desfavorável da OUA como o “Clube dos Chefes de Estado”.

O processo de transição da Organização da Unidade Africana para a União Africana foi marcado pelo reconhecimento de que os Estados membros não devem mais manter uma postura de indiferença em relação às inúmeras violações dos direitos humanos e à governança inadequada observada nas regiões adjacentes. A tendência mencionada acima pode ser atribuída às metas de desenvolvimento compartilhadas e ao caráter transfronteiriço das disputas. A União Africana implementou várias estruturas legais para facilitar e proteger as transições democráticas e, ao mesmo tempo, promover sua viabilidade e estabilidade a longo prazo. O estabelecimento de legislação para a transferência metódica de autoridade pode ser atribuída à Decisão sobre Mudanças Inconstitucionais de Governo, promulgada pela OUA em julho de 1999. A decisão foi formulada em preparação para a futura transição da organização para a União Africana (UA). A resolução insta os governos que

adquiriram poder por meios ilegítimos a restaurar a legitimidade constitucional. A Declaração sobre a Estrutura para uma Resposta da Organização da Unidade Africana às Mudanças Inconstitucionais de Governo foi oficialmente ratificada na 36ª Assembleia da OUA, realizada em Lomé, Togo, em julho de 2000. A Declaração acima mencionada serve para reforçar a proibição de modificações inconstitucionais de governo, o que inclui golpes militares, rebeliões armadas e o fracasso do governo em transferir o poder para uma facção política bem-sucedida após eleições imparciais, justas e regulares. Isso é coerente com a implementação dos Sistemas Continentais de Alerta Precoce em todo o continente africano (ACDEG 2007).

As alegações acima mencionadas também foram apoiadas pelo Ato Constitutivo de 2001 da União Africana. De acordo com o Artigo 3(g) do Ato Constitutivo da União Africana, os Estados membros são obrigados a promover princípios e instituições democráticas, incentivar a participação dos cidadãos e encorajar a governança eficiente. As afirmações descritas anteriormente foram também apoiadas pelo Ato Constitutivo de 2001 da União Africana. De acordo com as disposições descritas no Artigo 3(g) do Ato Constitutivo da União Africana, os Estados membros têm a obrigação vinculante de promover ideais e instituições democráticas, fomentar o engajamento dos cidadãos e defender uma governança eficaz.

O Artigo 4(p) do Ato Constitutivo da União Africana proíbe explicitamente qualquer modificação ilícita na governança, enfatizando, assim, a posição firme do continente contra golpes militares que comprometem a governança democrática. De acordo com as disposições descritas no Artigo 7(h) da convenção PSC, os países que adquirem o poder por meio de métodos inconstitucionais podem estar sujeitos a possíveis sanções. A UA lançou o Mecanismo Africano de Avaliação pelos Pares (*African Peer Review Mechanism*, APRM, na sigla em inglês) em 2003 para promover práticas democráticas e melhorar a governança em seus países membros por meio de uma metodologia de autoavaliação voluntária. A Carta Africana sobre Democracia, Eleições e Governança (*African Charter on Democracy, Elections, and Governance*, ACDEG, na sigla em inglês) foi oficialmente instituída em janeiro de 2007 durante a 8ª Cúpula da União Africana. Ela foi concebida como uma iniciativa de acompanhamento das declarações e compromissos anteriores articulados no Ato Constitutivo da UA. A Assistência Abrangente e Acionável para Transição Política da União Africana foi desenvolvida para oferecer apoio abrangente e pragmático em relação a questões de transição política. No entanto, o conjunto atual de conhecimentos é deficiente para fornecer uma análise completa do fenômeno das revoltas em massa. De acordo

com as disposições descritas no Artigo 23 da ACDEG, qualquer tentativa de derrubar um governo democraticamente eleito por meio de:

1. Qualquer tentativa de derrubar um governo democraticamente eleito por meio de um golpe de Estado;
2. A possível ocorrência de uma intervenção de mercenários para substituir um governo democraticamente eleito;
3. A derrubada de um governo democraticamente eleito por dissidentes ou rebeldes armados;
4. O critério número quatro refere-se à recusa do governo em exercício de ceder o poder ao partido ou candidato vitorioso após uma eleição livre, justa e rotineira.
5. O critério número cinco diz respeito a qualquer alteração ou modificação feita na constituição ou nos instrumentos legais que viole os princípios da transferência democrática de poder (ACDEG 2007).

A Comissão Africana de Democracia e Governança (ACDEG) identificou uma preocupação de governança em relação à modificação ou ajuste de estruturas constitucionais ou legais em nações específicas, especificamente Ruanda, sob a liderança de Paul Kagame, e Costa do Marfim, sob a liderança de Alassane Ouattara. A ação mencionada acima é comumente vista como uma transgressão aos princípios fundamentais do governo democrático em relação à transferência do poder político. O desenvolvimento destacado acima serve como uma demonstração clara da dedicação inabalável da União Africana em facilitar transições contínuas e confiáveis de autoridade política. De acordo com as disposições delineadas no Artigo 28 da ACDEG, a UA tem o poder de aplicar sanções e instituir processos legais contra indivíduos que tenham cometido alterações inconstitucionais nas estruturas governamentais (ACDEG 2007). Além disso, a UA pode efetivamente executar medidas adequadas destinadas a acelerar o processo de extradição de indivíduos (Ndubuisi 2021).

Os líderes africanos aprovaram a Arquitetura de Governança Africana (*African Governance Architecture*, AGA, na sigla em inglês) em janeiro de 2011. Seu principal objetivo é facilitar aos Estados membros, às comunidades econômicas regionais (CERs) e à União Africana a coordenação de iniciativas relacionadas à democracia e à boa governança em nível continental. A alegação mencionada acima está relacionada à estrutura da AGA da União Africana, que busca promover a democracia e a boa governança em todo o continente. A AGA é um projeto complementar da Arquitetura de Paz e Segurança Africana (*African Peace and Security Architecture*, APSA, na

sigla em inglês). Essa última foi estabelecida na Assembleia da UA de julho de 2000 em Lomé, Togo. O principal objetivo dessa iniciativa é fortalecer e promover a cooperação entre os países africanos nas áreas de segurança e paz. A Declaração supracitada visa fortalecer a proibição de mudanças inconstitucionais no governo, incluindo aquisições militares, revoltas armadas e a incapacidade do partido governante de entregar o poder a um partido político eleito após eleições consideradas livres, justas e regulares. Iniciativas coordenadas e interdependentes são implementadas em nível nacional, regional e continental para atingir o objetivo acima mencionado.

Em nível nacional, os procedimentos democráticos e as estruturas de governança das instituições africanas são observados por meio da AGA. A UA abriga a Secretaria da Arquitetura de Governança Africana (AGA), que é responsável por criar avaliações anuais sobre o estado da democracia e da governança em todo o continente. O principal objetivo desse esforço é aumentar o processo de identificação e propagação das melhores práticas entre os estados-membros da União Africana e, ao mesmo tempo, cultivar a adesão aos valores democráticos. A AGA fundou a Plataforma de Governança Africana (*African Governance Platform*, AGP, na sigla em inglês) para oferecer um fórum para que importantes atores africanos dialogassem sobre questões relativas à democracia e à governança.

As declarações de fundação da UA, a ACDEG e a AGA incentivaram um maior compromisso regional para lidar com as violações evidentes dos ideais democráticos por grupos armados e militares (Ndubuisi 2021). Após sua fundação em 2001, a União Africana tem expressado continuamente sua oposição a tomadas de poder militares em vários países africanos, incluindo a República Centro-Africana (2003), Guiné-Bissau (2003), São Tomé e Príncipe (2003), Togo (2005), Mauritânia (2005), (2008), Guiné (2008), Madagascar (2009), Níger (2010), Costa do Marfim (2010), Mali (2012), Egito (2013), Burkina Faso (2014), (2015), Zimbábue (2017), Sudão (2019). E, desde 2020, uma série de golpes também ocorreu. Em 18 de agosto de 2020, os militares orquestraram a destituição do presidente Ibrahim Boubacar Keïta no Mali, levando posteriormente ao estabelecimento de um governo de transição em outubro. Em abril de 2021, os militares do Chade assumiram o controle do governo após a morte do presidente Idriss Deby durante sua visita às tropas envolvidas no combate às forças rebeldes na região norte. Em 24 de maio de 2021, ocorreu uma intervenção militar no Mali, resultando na prisão do presidente e do primeiro-ministro. Posteriormente, o Coronel Assimi Goïta assumiu o papel de presidente de transição e foi empossado em junho. O regime militar se comprometeu a restaurar a governança civil após as eleições programadas para fevereiro de 2024.

Em 5 de setembro de 2021, um golpe militar resultou na destituição do presidente Alpha Condé na Guiné. O Coronel Mamady Doumbouya assumiu a presidência em 1º de outubro. Os militares se comprometeram a restaurar a governança para civis democraticamente eleitos até o final de 2024. Em 25 de outubro de 2021, ocorreu uma intervenção militar no Sudão, quando o general Abdel Fattah al-Burhane e suas forças desalojaram os líderes civis de transição. A esses líderes foi confiada a responsabilidade de guiar a nação em direção à governança democrática após uma ditadura prolongada de 30 anos sob o comando de Omar al-Bashir, que foi removido do poder em 2019. Desde 15 de abril de 2023, um conflito decorrente de uma luta pelo poder entre o General Burhane e seu ex-subordinado Mohamed Hamdane Daglo resultou em uma contagem de vítimas de nada menos que 5.000 pessoas em todo o país.

Em 24 de janeiro de 2022, os militares de Burkina Faso destituíram o presidente Roch Marc Christian Kaboré do cargo. Posteriormente, o tenente-coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba assumiu a presidência em fevereiro. Em Burkina Faso, um evento subsequente ocorreu oito meses depois, em 30 de setembro de 2022, quando o tenente-coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba foi destituído de suas funções pelos militares sob a liderança do capitão Ibrahim Traoré. O capitão Traoré assumiu o papel de presidente de transição até a eleição presidencial, prevista para julho de 2024.

Em 26 de julho de 2023, os militares nigerinos emitiram um comunicado declarando a destituição bem-sucedida do presidente Mohamed Bazoum. O general Abdourahamane Tiani assumiu a liderança como a nova figura de autoridade do país. Ao mesmo tempo, em meio a deliberações globais, especialmente na Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), sobre estratégias para abordar e resolver o golpe de Estado no Níger, outro golpe ocorreu no Gabão em 30 de agosto de 2023. Nesse caso, uma facção de oficiais militares gaboneses proclama a tomada do poder e invalida os resultados eleitorais recém-declarados, alegando preocupações com a suspeita de falta de credibilidade. A declaração acima mencionada foi feita perto do pronunciamento da autoridade eleitoral estatal afirmando a reeleição do Presidente Ali Bongo Ondimba para um terceiro mandato em meio à natureza controversa das eleições.

Além disso, a organização anteriormente mencionada (UA) denunciou abertamente os esforços em 2014 e 2015 para derrubar os governos de Lesoto e Burundi, respectivamente. A descoberta interessante é a correlação entre a frequência de esforços bem-sucedidos e fracassados para mudar o

governo de uma forma que não é permitida pela constituição e a posição normativa sobre transições políticas que a União Africana adotou.

A condenação de administrações ilegítimas pela União Africana, embora pareça rotineira, revela a relutância da organização em aceitar situações que comprometam os valores democráticos e coloquem em risco a estabilidade do continente. Quando ocorre um golpe, a União Africana geralmente adere à sua política de excluir os países afetados de suas atividades até que um governo legítimo seja restabelecido. A declaração acima é consistente com as diretrizes encontradas no Artigo 30 do Ato Constitutivo, que afirma inequivocamente que os governos que chegaram ao poder por meio de métodos ilegais não têm permissão para participar das iniciativas da União (Ato Constitutivo 2000). Se a restauração de uma estrutura constitucional não for seguida, determinadas punições poderão ser aplicadas ao corpo governante. De acordo com o Artigo 23 do Ato Constitutivo da União Africana, essas penalidades podem incluir a negação de vistos, a limitação do comércio, a proibição de contatos intergovernamentais e a adoção de outras medidas.

O Ato Constitutivo da União Africana tem disposições que dão à organização o direito de intervir e defender os valores democráticos caso ocorram acontecimentos ilegais. O Artigo 4(h) do Ato Constitutivo da União Africana descreve o poder da organização de intervir em um Estado Membro em determinadas circunstâncias. Situações graves como crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade estão entre essas circunstâncias, juntamente com um grave perigo para o governo legítimo. No entanto, a Assembleia da União Africana deve aprovar uma resolução autorizando esse envolvimento. O Artigo 4(h) da União Africana permite que a organização se envolva em ações proativas e intervencionistas em circunstâncias políticas, inclusive quando houver mudanças ilegais no governo. Acredita-se que essas ações representam um sério perigo para o sistema judicial atual. A Assembleia da União Africana tem autoridade para aprovar uma intervenção em um Estado membro da organização, desde que seja obtida uma maioria de dois terços.

Em conformidade com as disposições delineadas nos Artigos 4(h) e 4(j) de seu estatuto, a União Africana realizou operações de manutenção da paz em seus países membros, tendo obtido a devida autorização das partes interessadas. As regulamentações mencionadas acima dão às nações membros o direito de buscar ajuda externa para promover a paz e a estabilidade. Como parte de suas iniciativas de apoio a processos democráticos, as organizações sub-regionais que trabalham dentro da estrutura da APSA tomaram medidas para resolver situações de transições ilegais de governo. Com o apoio da UA, a CEDEAO condenou firmemente a violação dos princípios demo-

cráticos pelo ex-presidente da Gâmbia, Yahya Jammeh, que comandou o país por vinte e três anos. Depois de um compromisso aparentemente consistente com os valores de liberdade, justiça e regularidade durante as eleições de 2016, Yahya Jammeh demonstrou relutância em ceder sua posição de poder ao presidente devidamente eleito, Baro (Ato Constitutivo 2000).

Apesar da necessidade de proteção contra mudanças não autorizadas no governo, alguns líderes continuam a usar instrumentos constitucionais para obstruir processos legítimos de transição. A análise dos países africanos onde ocorreram revoluções em larga escala revela que os governantes desses países conseguiram se manter no poder por mais de dez anos. Isso foi conseguido com o uso de medidas coercitivas, mudanças nas limitações constitucionais e a adoção de processos eleitorais fraudulentos. Se não fosse pelo envolvimento inabalável do público, os presidentes depostos mencionados acima poderiam ter conseguido manter seus cargos para sempre devido à sua tenacidade diante de vários processos eleitorais falhos. Muitos líderes africanos afirmam apoiar a democracia, mas frequentemente usam formas autoritárias de governo. As classificações de democracia no continente diminuíram como resultado de uma parcela considerável do povo africano continuar a viver sob governos autoritários, de acordo com o Índice de Democracia de 2019. Muitos governos africanos demonstram padrões claros de alteração de suas constituições e adulteração dos processos eleitorais. Muitas nações africanas tiveram sucesso com suas emendas constitucionais, incluindo Ruanda, Burundi, Uganda, República do Congo, Gabão, Chade, Djibuti e Guiné Equatorial. Foi demonstrado que as emendas descritas anteriormente estão associadas à manutenção da liderança existente, um fenômeno que tem sido relacionado a atividades insurgentes, à incitação de distúrbios civis e a outras mudanças que violam as normas constitucionais.

O presidente Denis Sassou Nguesso governa a República do Congo há trinta e três anos. Dito isso, a constituição foi alterada para que ele permanecesse como presidente depois de março de 2016. Com a vitória nas urnas, o atual presidente do Chade, Idriss Déby Itno, foi eleito para um quinto mandato. O resultado indicado acima é consequência direta de uma mudança constitucional de 2005 que basicamente eliminou as restrições de mandato. Na República da Guiné Equatorial, onde ocupa o cargo desde 1979, o presidente Teodoro Obiang Nguema foi reeleito em abril de 2016, com 99,2% dos votos oficialmente contados, e em 2022, com 97% dos votos. O atual presidente, de 81 anos de idade, está no poder como resultado da suspensão das restrições de mandato em 2011, que abriram a perspectiva de reeleição. A previsão é de que o atual mandato dure sete anos. Nas nações africanas, o principal problema não é se os regimes de governo podem durar. A princi-

pal preocupação desta investigação é a incapacidade dos governos ilegais de manter a ordem pública e fornecer serviços básicos, o que deixa espaço para agitação política e conflitos de poder que podem resultar em instabilidade.

Vários fatores, como os efeitos persistentes do colonialismo e do imperialismo, a má administração e as deficiências de desenvolvimento limitam a capacidade do Estado de fornecer bens públicos. O legado do colonialismo teve efeitos significativos, sendo o principal deles o estabelecimento de fronteiras coloniais e a consequente falta de uma identidade nacional unificada. Também é fundamental enfatizar que os governos africanos pós-coloniais ainda dependem de sistemas de mercado dominados principalmente pelas potências ocidentais e que a ajuda externa é sua principal fonte de renda, em vez de recursos produzidos internamente. Muitos fatores, inclusive a propensão de muitos líderes africanos a demonstrar inépcia e enfatizar a autopromoção, podem ser atribuídos à instabilidade política que vem ocorrendo no continente. Os líderes de muitos países africanos agiram de acordo com seus próprios interesses, o que os impediu de desenvolver economias que pudessem se sustentar. Para promover seus próprios objetivos e preservar suas redes de patrocínio, as pessoas em questão dependeram principalmente de ajuda externa e de fontes de dinheiro facilmente acessíveis, como o petróleo (Constitutive Act 2000). Por meio da técnica de abuso de recursos nacionais, alguns produziram declarações falsas e iniciativas grandiosas para ganhar reconhecimento internacional e obter financiamento de fontes externas.

Vários fatores se combinaram para impulsionar a revolta no Sudão, incluindo uma economia falida, um governo despótico e uma injustiça estrutural de longa data. A manutenção dos direitos democráticos dos cidadãos é um empreendimento significativo, considerando os muitos desafios da administração democrática. Quando não há canais suficientes para que as pessoas apresentem suas reclamações e os governos não cumprem suas promessas, as pessoas na África estão recorrendo cada vez mais à ação coletiva como último recurso. Entretanto, há várias dificuldades com esse método. Os governos autoritários da África que oprimem as organizações de oposição podem, sem querer, alimentar o crescimento e a disseminação de movimentos de insurgência que estão preparados para usar todos os meios necessários para derrubar esses regimes. Há uma discussão em andamento sobre como as pessoas podem romper contratos sociais e derrubar um governo que oprime seu povo e não protege sua propriedade. Infelizmente, a ACDEG da União Africana não menciona especificamente o processo de transição por meio de revoltas públicas pacíficas para derrubar os regimes existentes.

Golpe no Níger

O golpe militar, que ocorreu em 26 de julho de 2023 no Níger, resultou na destituição do presidente Mohamed Bazoum e na subsequente instalação do general Abdourahmane Tchiani como novo líder. Esse evento faz parte de uma série de tomadas de poder militares que ocorreram em todo o continente africano desde 2020. Com relação ao recente golpe no Níger, vale ressaltar que o presidente Mohamed Bazoum foi detido pela guarda presidencial do Níger. O líder de uma nova junta militar e administração transitória foi declarado pelo general Abdourahamane Tchiani, comandante da Guarda Presidencial. O fechamento das fronteiras do país, a suspensão da constituição e das instituições governamentais e a declaração de um toque de recolher foram implementados pelas tropas da guarda presidencial. O ex-presidente, Bazoum, que se recusou a renunciar, continua detido. Os militares afirmaram que assumiram o controle “em resposta ao declínio contínuo do cenário de segurança e à governança econômica e social inadequada” no Níger (ECOWAS 2023). O ex-presidente, que foi removido do poder, enfrentou alegações de alinhamento com os interesses ocidentais, o que ocasionalmente resultou em um declínio no apoio interno.

Alguns nigerinos acreditavam que os golpistas poderiam ter sido motivados por razões ocultas. Essa especulação foi originada de outras alegações de que o presidente anterior estava alterando gradualmente suas nomeações de segurança e supostamente pretendia substituir o líder de sua guarda presidencial. Niamey passou por uma considerável turbulência social e política após o golpe. A ditadura militar recebeu apoio das forças armadas do Níger, conforme confirmado pelo exército do país. Em 2021, Mohamed Bazoum havia sido vitorioso na primeira transição de poder pacífica e democrática do Níger após sua independência da França em 1960.

O golpe foi criticado por várias organizações internacionais, como a CEDEAO, a UA, a União Europeia (UE) e as Nações Unidas (ONU), bem como por países influentes, como os Estados Unidos, a França, a Rússia e a China. As preocupações da Nigéria vão além do regionalismo e estão intimamente ligadas à sua segurança nacional. A Nigéria possui uma extensa fronteira que compartilha com o país vizinho, o Níger. Significativamente, em ambos os lados da divisão, estão presentes os influentes grupos étnicos Hausa e Fulani. Os grupos são originários do sul do Níger e do norte da Nigéria. A presença de homogeneidade cultural em ambos os lados das fronteiras tem implicações de segurança significativas para os Estados envolvidos.

Além disso, é imperativo observar que extremistas violentos e grupos rebeldes têm estado ativos nas proximidades da fronteira compartilhada entre os dois Estados. A seção leste da fronteira tem testemunhado uma atividade significativa do Estado Islâmico da Província da África Ocidental (EIAO) e do Boko Haram. Bandidos também são observados nas proximidades. Por um longo período, a Nigéria se envolveu em colaboração com o Níger sob a estrutura da Comissão da Bacia do Lago Chade para combater o terrorismo por meio de supervisão civil. A presente análise postula que o presidente Bola Ahmed Tinubu, em sua capacidade como presidente em exercício da CEDEAO, está tomando as medidas adequadas. Entretanto, é imperativo reconhecer que a organização reconheceu efetivamente a ocorrência de golpes de Estado em Mali, Guiné, Burkina Faso e, principalmente, no Chade. Isso implica que foram tomadas as decisões legais estabelecidas. O principal fator que contribuiu para a hesitação da CEDEAO em empregar a intervenção militar na República do Níger é o seguinte.

A Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, uma instituição regional, proclamou oficialmente uma política de “tolerância zero” contra golpes de Estado. O bloco regional emitiu uma declaração afirmando sua intenção de empregar todas as ações necessárias para restabelecer a ordem constitucional se suas estipulações não forem cumpridas dentro de uma semana. Essas condições incluíam, entre outras coisas, a liberação incondicional do chefe de Estado anterior, a reintegração do ex-presidente e o fornecimento de segurança suficiente para o presidente deposto e sua família. A organização emitiu uma declaração de advertência à junta militar do Níger, indicando que, em caso de não cumprimento de suas solicitações, uma série de ações significativas seriam implementadas. As ações em potencial poderiam envolver a implementação de táticas coercitivas, e oficiais militares de alto escalão prontamente se reuniram para traçar estratégias para uma intervenção. No entanto, a utilização da força foi temporariamente suspensa em favor do engajamento em um amplo diálogo e negociações contínuas entre representantes da CEDEAO, especialistas como o ex-chefe de Estado General Abdusalami Abubakar e os funcionários do governo do Níger (ECOWAS 2023). O bloco declarou a implementação imediata de uma zona de exclusão aérea sobre o Níger, proibindo todas as aeronaves comerciais. Além disso, foi anunciado o fechamento de todas as fronteiras terrestres com o país e a introdução de sanções financeiras contra a junta.

A UA respondeu prontamente ao golpe suspendendo o Níger de suas várias atividades. Essa decisão foi tomada em função do golpe militar que ocorreu no país. Além disso, a UA aconselhou seus membros a não se envolverem em nenhuma ação que pudesse legitimar a junta no poder. Conforme

declarado anteriormente, a CEDEAO tem se envolvido em negociações com a junta. No entanto, a CEDEAO expressou sua disposição de enviar forças militares ao Níger para restabelecer a governança constitucional, caso os esforços diplomáticos não sejam bem-sucedidos. Essa postura é ainda mais reforçada pela UA, que, em sua estrutura, se opõe explicitamente a qualquer alteração inconstitucional da governança nas nações africanas.

O comunicado emitido pelo Conselho de Paz e Segurança da União Africana reconheceu a decisão tomada pela CEDEAO de ativar uma força de prontidão. Além disso, o Conselho da UA solicitou à Comissão da UA que avaliasse as possíveis consequências econômicas, sociais e de segurança associadas ao envio dessa força. Além disso, a organização declarou que havia solicitado formalmente à Comissão da União Africana que montasse uma lista abrangente contendo os nomes dos indivíduos afiliados à junta e daqueles que endossam suas ações. Essa compilação serviria como base para a implementação de sanções específicas e a aplicação de medidas punitivas específicas (AU 2023).

A CEDEAO já implementou sanções abrangentes contra o Níger, uma medida que recebeu o endosso da União Africana. A organização reafirmou suas exigências para a libertação imediata do presidente Mohamed Bazoum, que foi eleito democraticamente e está preso desde a ocorrência do golpe. Além disso, a UA pede que os líderes do golpe se retirem para suas bases militares. O regime militar demonstrou resiliência diante das exigências de renúncia ao poder e apresentou uma proposta delineando um cronograma de três anos para a organização de eleições. Entretanto, esse plano foi recebido com desaprovação pela CEDEAO.

O Níger tem importância estratégica devido ao seu papel como base militar para as forças americanas e francesas envolvidas em operações de contraterrorismo contra organizações extremistas islâmicas na área circundante. Além disso, o status do Níger como um importante fornecedor global de urânio aumenta ainda mais sua relevância. O assessor de Segurança Nacional da Casa Branca, Jake Sullivan, reafirmou a necessidade imperativa de libertar Bazoum e expressou o compromisso dos Estados Unidos com mais consultas à CEDEAO. “Estamos ativamente engajados em esforços de colaboração com todos os nossos aliados, inclusive a França, para buscar

diligentemente a preservação dos princípios democráticos no Níger” (The White House 2023)².

A UA expressou sua firme oposição a qualquer forma de intervenção externa na região, seja de atores ou países não africanos. Isso inclui o envolvimento de grupos militares privados, como o grupo mercenário russo Wagner, que é conhecido por operar no país vizinho, o Mali. É digno de nota que a França obtém quase um terço de seu urânio do Níger, um país que contribui com 5% do total global de produção de urânio. O Níger abriga forças militares da França e dos Estados Unidos, além de duas bases de drones dos Estados Unidos, com o objetivo principal de combater as insurgências islâmicas na região. Os manifestantes a favor da revolução foram vistos exibindo bandeiras russas, enquanto o Grupo Wagner da Rússia afirma que o golpe “demonstra a eficácia do Wagner na África, particularmente na região do Sahel” (The Nation 2023).

O ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergey Lavrov, caracterizou o golpe como “inconstitucional”. De acordo com declarações oficiais da Casa Branca, faltam provas convincentes do envolvimento russo. Além disso, vale a pena observar que um dos principais indivíduos envolvidos na tentativa de golpe, especificamente o líder das Forças Especiais do Níger, tem conexões significativas com os Estados Unidos. No entanto, vários especialistas argumentam que há um ressurgimento que lembra o período da Guerra Fria, caracterizado pela luta geopolítica e pela rivalidade envolvendo os Estados Unidos, a OTAN, a Rússia e a China na África, o que resultou em casos de transições de regime e golpes. Uma observação intrigante é o treinamento americano recebido por Goita no Mali, Traore em Burkina Faso, Doumbuya na Guiné e, atualmente, Tchiani no Níger (The Guardian 2023).

As ramificações políticas em andamento do golpe de Estado no Níger ainda não se manifestaram completamente; no entanto, várias repercussões potenciais estão previstas, abrangendo as esferas interna e externa. Essas consequências exigem um tratamento cauteloso e deliberado. O golpe resultou em níveis mais elevados de instabilidade e incerteza na esfera doméstica. Atualmente, a nação enfrenta uma série de problemas, incluindo grupos e organizações rebeldes, pobreza persistente e generalizada, além de oportunidades econômicas e riqueza limitadas. A ocorrência de um golpe de Estado

2 Jake Sullivan. Setembro de 2023. Comentários e perguntas e respostas do Conselheiro de Segurança Nacional dos EUA sobre o golpe no Níger, a libertação do ex-presidente Bazoum e o compromisso dos Estados Unidos com novas consultas com a CEDEAO e seu engajamento em esforços colaborativos com todos os aliados dos EUA, incluindo a França, a fim de garantir a estabilidade no Níger.

tem o potencial de exacerbar a instabilidade do país e criar obstáculos adicionais para o enfrentamento eficaz das inúmeras preocupações existentes.

O golpe teve um impacto negativo sobre as conexões diplomáticas do Níger com os países vizinhos e parceiros internacionais, principalmente a Nigéria e a União Europeia. Conseqüentemente, essas nações e a UE encerraram prontamente as relações diplomáticas e suspenderam o fornecimento de ajuda ao Níger. O Níger é um participante ativo do G5 no Sahel, uma coalizão de segurança regional dedicada a abordar a questão do terrorismo na região. A ocorrência do golpe resultou em uma deterioração significativa dos laços diplomáticos entre o Níger e os demais integrantes do G5 Sahel, impedindo assim a coordenação efetiva dos esforços de contraterrorismo. O Banco Mundial, a CEDEAO, a União Africana e as Nações Unidas encerraram suas relações com o Níger. Em resposta, a junta da República do Níger cortou seus vínculos com a Nigéria, bem como com sua antiga potência colonial, a França, o Togo e os Estados Unidos.

O golpe teve um impacto comparável nos laços diplomáticos do Níger com a União Europeia. A UE desempenha um papel significativo como doador para o Níger, e a ocorrência de um golpe pode resultar em uma redução da assistência financeira fornecida pela UE. As possíveis conseqüências dessa situação para a economia do Níger e sua capacidade de lidar com as dificuldades existentes podem ser adversas. De acordo com dados fornecidos pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Níger, o segundo maior beneficiário de ajuda externa na África Ocidental depois da Nigéria, recebeu um total de US\$1,8 bilhão em ajuda apenas no ano de 2021 (OCDE 2021).

O golpe precipitou alterações na política governamental. A possível divergência de prioridades entre o governo em exercício e seu antecessor pode exercer influência sobre a governança do Níger. A ocorrência do golpe resultou em um declínio nos investimentos estrangeiros. A possível apreensão em relação à estabilidade do Níger pode levar a uma menor inclinação dos investidores estrangeiros a se envolverem em atividades de investimento no país. A ocorrência do golpe resultou em uma escalada notável da agitação social. A ocorrência de um golpe tem o potencial de incitar protestos ou manifestações alternativas de desordem social, exacerbando o estado de instabilidade já existente no país. A ocorrência do golpe provocou questionamentos sobre a durabilidade da governança democrática no Níger e seu estabelecimento no contexto regional mais amplo. Garantir a sustentação de instituições e procedimentos democráticos no Níger e em toda a região é de suma importância para reduzir a probabilidade de futuros golpes de Estado.

Conclusão

A União Africana é única entre as organizações continentais devido à sua posse de uma estrutura que incorpora várias medidas destinadas a lidar com mudanças inconstitucionais de governo, diferenciando-a de outras entidades semelhantes. A estrutura apresentada neste documento funciona como uma ferramenta de orientação para as nações africanas em seus esforços para lidar com golpes e outros meios ilegítimos de alteração do governo. A recorrência de golpes no ano de 2021 destaca as inadequações dentro da estrutura da UA. O texto destaca a abordagem inconsistente da União Africana em relação a golpes e outras formas de transições ilegítimas de poder. Além disso, esclarece a capacidade restrita da UA de exercer controle sobre os governos que surgem de golpes, desencorajando assim futuras tentativas de tomar o poder por esses meios. Poderia ser vantajoso para a União Africana estender a implementação de sua política sobre Mudança Inconstitucional de Governo para além dos cenários de golpe de Estado, a fim de fortalecer sua estrutura institucional. Se a União Africana tivesse implementado sua política de UCG em resposta à tentativa de Ibrahim Boubacar Keita de prolongar seu mandato no Mali, é plausível que o golpe de 2020 pudesse ter sido evitado, e um sinal mais impactante teria sido enviado a outros chefes de Estado que aspiram abolir os limites constitucionais de mandato.

O presidente George Weah, da Libéria, apresentou sua perspectiva sobre a recente decisão da CEDEAO de suspender a Guiné após o golpe contra Alpha Conde. O palestrante ressaltou a importância de não apenas denunciar os golpes militares, mas também de investigar as causas fundamentais que precipitam essas tomadas ilícitas de poder. É concebível que estejamos negligenciando nossas responsabilidades políticas ao não aderirmos aos limites de mandatos estipulados, conforme especificado em nossas respectivas constituições? A adoção de uma abordagem mais vigilante e a implementação de medidas pragmáticas são cruciais para que a União Africana enfrente as crescentes ameaças à governança constitucional na África.

A eficácia das medidas punitivas delineadas na Carta Uniforme de Governança da União Africana (AU UCG) para obrigar os golpistas a renunciar à autoridade pode ser limitada. A União Africana ressalta a importância da coordenação e da colaboração com outras entidades relevantes no enfrentamento de ocorrências de golpes. A medida em que esses esforços de colaboração ocorrem é incerta. O ato de ser suspenso da instituição acadêmica comumente chamada de UA é considerado uma medida punitiva. O impacto

da medida punitiva sobre o Estado suspenso não é claro, especialmente se ele continuar a manter suas relações diplomáticas com outros países.

A eficácia das sanções, da proibição de vistos e do congelamento de bens de indivíduos envolvidos em um golpe de Estado depende do grau de afiliação deles com outros países africanos. O aprimoramento da colaboração, incluindo formas organizadas e não organizadas, entre a UA e as organizações que têm conexões mais próximas com o Estado afetado por um golpe, poderia servir como uma abordagem mais eficaz para pressionar os governos que surgiram de golpes a renunciar à sua autoridade. Quais são os resultados projetados do Fórum dos Anciãos/Comitê dos Sábios, composto por ex-presidentes que anteriormente atuaram como comandantes militares ou utilizaram manipulação constitucional ou emendas para se manterem no poder? A inclusão de atores não estatais, organizações da sociedade civil e organizações não governamentais no processo eleitoral e democrático é fundamental para a preservação e o aprimoramento da democracia na África.

REFERÊNCIAS

- African Charter on Democracy, Elections and Governance (ACDEG). 2007. The Eighth Ordinary Session Of The Assembly, Addis Ababa, 30 de janeiro de 2007. https://ntjwg.uwazi.io/en/entity/noetsq2rle?gad_source=1&gclid=CjwKCAiA8sauBhB3EiwAruTRJsocltw-tD4KpDvbMhRBFbxnVP-GHu9DapqPxqXQsZ5qLS6MppLxx4xoC4X8QAvD_BwE&page=20.
- AU. 2023. *Communiqué*: updated Briefing on the Situation in Niger. Peace and Security Council (PSC) of the African Union (AU), 1168th meeting, 14 de agosto de 2023. https://papsrepository.africa-union.org/bitstream/handle/123456789/1920/1168.commun_en.pdf?sequence=20&isAllowed=y.
- Constitutive Act of the African Union. 2000. Article 30. https://www.iri.edu.ar/publicaciones_iri/manual/Doc.%20Manual/Listos%20para%20subir/Africa/carta_unionafricana.pdf.
- Bolarinwa, Joshua O., and Adewole A. Adeleke. 2020. 'ECOWAS and the promotion of democracy in Mali, Guinea and the Gambia,' *Lagos Historical Review*. A Journal of the Department of History and Strategic Studies, University of Lagos, vol. 20, 159-176.
- Bratton, M. 1998. *Democratic deepening in Africa: Comparative analysis*. Lynne Rienner Publishers; Falola, T. 2005. Nigeria since independence: Crippled giant.
- Chazan, Naomi, Peter Lewis, Robert Mortimer, Donald Rothchild, and Stephen John Stedman. 1992. *Politics and Society in Contemporary Africa*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.

- Coppedge, Michael. 2002. "Democracy and Dimensions-Comments on Munck and Verkuilen," *Comparative Political Studies*, 35, no. 1, February, 35-39.
- ECOWAS. 2023. Fifty First Extraordinary Summit Of The Ecowas Authority Of Heads Of State And Government On The Political Situation In Niger. *ECOWAS Commission Abuja*, July 30. https://ecowas.int/wp-content/uploads/2023/07/Final-Communique_ENG-2_230730_161029.pdf.
- Faucon, Benoit, Summer Said, and Joe Parkinson. 2021. 'Military Coups in Africa at Highest Level since End of Colonialism', *Wall Street Journal*, 4 de novembro de 2023. <https://www.wsj.com/articles/military-coups-in-africa-at-highest-level-since-end-of-colonialism-11635941829>
- Fishman, R. M. 1990. Rethinking State and Regime: Southern Europe's Transition to Democracy. *World Politics* 42, no. 3, 422-440.
- Friedman, G. 2012. *The geopolitical chessboard: American primacy and the future of American foreign policy*. Random House.
- Gutteridge, William. 1985. 'Undoing military coups in Africa,' *Third World Quarterly*, 7, 78-89, doi: 10.1080/01436598508419825.
- Grant, J. 2017. The Ideals of the Rule of Law. *Oxford Journal of Legal Studies*, vol. 37, no. 2, 383-405.
- Hidalgo, Oliver. 2008. "Conceptual History and Politics: Is the Concept of Democracy Essentially Contested?" *Contributions to the History of Concepts*, 4, 176-177.
- IDEA, 2018 cited by Ndubuisi Christian Ani. 2021. 'Coup or Not Coup: The African Union and the Dilemma of "Popular Uprisings,"' In *Africa, Democracy and Security*, DOI:10.1080/17419166.2021.1899915), 1-21.
- Kern, T. 2009. Cultural Performance and Political Regime Change. *Sociological Theory* 27, no. 3, 291-316.
- Krausa, Josef. 2020. 'Early Warning Signals of Military Coups-A Case Study of Montenegro,' *Clánek*, (www.obranastrategie.cz doi: 10.3849/1802-7199.19.2020.01.025-038), 5.6.26.
- Kuehn, David. 2017. Midwives or gravediggers of democracy? The military's impact on democratic development. *Democratization* 24, no. 5, 783-800. <https://doi.org/10.1080/13510347.2017.1324421>.
- Mkandawire, Thandika. 2002. 'The Terrible Toll of Post-Colonial 'Rebel Movements' in Africa,' *The Journal of Modern African Studies*, 40 (02):181-215. DOI: 10.1017/S0022278X02003889.
- Ndubuisi, Christian Ani. 2021. Coup or Not Coup: The African Union and the Dilemma of "Popular Uprisings". *Africa, Democracy and Security* 17, no. 3, 257-277, DOI: 10.1080/17419166.2021.1899915.
- Odukoya, Adelaja. 2007. "Democracy, Elections, Election Monitoring and Peace-Building in West Africa. *African Journal of International Affairs* 10, no. 1 and 2, 148-149.

- OECD. 2021. Development Co-operation Report 2021: Shaping a Just Digital Transformation. *OECD Publishing*: Paris. DOI: <https://doi.org/10.1787/ce08832f-en>. https://www.oecd-ilibrary.org/development/development-co-operation-report-2021_ce08832f-en.
- Powell, Jonathan, Abigail Reynolds, and Mwita Chacha. 2021. 'A New Coup Era for Africa?' *Accord Conflict Trends*, no. 4.
- Souaré, Issaka K. 2014. 'The African Union as a norm entrepreneur on military coups d'état in Africa (1952–2012): an empirical assessment,' *The Journal of Modern African Studies* 52, 69–94. DOI: 10.1017/S0022278X13000785.
- The Economist. 2021. 'As Sudan's Government Wobbles, Coups are Making a Comeback', 25 de outubro de 2021. <https://www.economist.com/graphicdetail/2021/10/25/as-sudans-government-wobbles-coups-are-making-a-comeback>
- The Guardian. 2023. Niger coup: US offers 'unflagging' support to ousted leader as sanctions threatened- UN, US and France all call for a return to order after Gen Abdourahamane Tchiani declares himself the new head of state, 29 de julho de 2023. <https://www.theguardian.com/world/2023/jul/29/niger-coup-us-offers-unflagging-support-to-ousted-leader-as-sanctions-threatened>.
- The White House. 2023. Statement from National Security Advisor Jake Sullivan On Developments in Niger, 26 de julho de 2023. <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2023/07/26/statement-from-national-security-advisor-jake-sullivan-on-developments-in-niger/>.
- The Nation Newspaper. Coup in Niger!. 27 de julho de 2023. <https://thenationonline.net/coup-in-niger/>.
- Vanhanen, Tatu. 1997. *Prospects of Democracy: A Study of 172 Countries*. New York: Routledge, 1-374.
- Wiebrecht, F. 2023. Corruption, Elite Contestation, and Parliaments: Why Do Legislatures Become Stronger in Authoritarian Regimes? *Political Research Quarterly* 77, no. 1, 255-269.

RESUMO

Desde que a Organização da Unidade Africana (OUA) se transformou na União Africana (UA), o órgão continental abandonou o princípio de não-intervenção em favor da não-indiferença. Ele também adotou a estrutura de Mudanças Inconstitucionais de Governo (UCG), bem como outras medidas para proteger e fortalecer a democracia. A UCG e outras estruturas atuais são desafiadas pelo recente aumento de golpes militares e tentativas de golpe, o que também mostra um retrocesso democrático e representa um perigo significativo para a consolidação da democracia na África. Desde que conquistou a independência, o continente africano tem sido constantemente afetado por casos de golpes e tentativas de golpes. Ao contrário da opinião

popular, o retorno dos golpes nos últimos dez anos sugere que práticas democráticas aprimoradas nem sempre resultam em menos casos de golpes ou tentativas de golpes. Mesmo que a UA e outras organizações regionais da África estejam politicamente determinadas a não recompensar governos militares ou aqueles que surgiram de arranjos extraconstitucionais, permitindo que eles se juntem à comunidade de nações, a praga persiste. Este ensaio examina a aplicação da metodologia da UA para usar o UCG juntamente com outras métricas. Ele também se esforça para fornecer outras hipóteses para a recorrência desse fenômeno. O estudo sugere que é hora de a UA aplicar adequadamente sua estratégia de UCG fora dos eventos de golpe para preservar e consolidar a democracia com sucesso. A União Africana precisa ter coragem para investigar as causas desses golpes ilegítimos e dedicar mais atenção ao crescente perigo para a democracia na África.

PALAVRAS-CHAVE

Militares. Golpes. Tentativas de golpe. União Africana. Democracia. UCG.

Recebido em 20 de julho de 2023

Aceito em 16 de novembro de 2023³

Traduzido por Mariana Reali Vitola

³ Como citar: Bolarinwa, Joshua O. 2023. “Ressurgimento de golpes militares em África: a União Africana e as organizações regionais podem defender e consolidar a democracia?”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 8 (16), 10-39. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.134102>.